



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

Sessão Ordinária Nº 4945, de 20/04/2017

TCDF/Secretaria das Sessões
Folha:.....
Processo: **8026/2017-e**
Rubrica:.....

PROCESSO Nº **8026/2017-e**

RELATOR : CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

EMENTA : Concorrência n.º 01/2016-PCDF, deflagrada pela Polícia Civil do Distrito Federal, tendo por objeto a contratação de empresa para construção do Centro de Excelência em Perícias Criminais do Centro Oeste - Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense da PCDF.

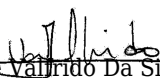
DECISÃO Nº 1755/2017


O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do edital da Concorrência n.º 01/2016-PCDF, deflagrada pela Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, tendo por objeto a contratação de empresa para construção do Centro de Excelência em Perícias Criminais do Centro Oeste - Edifício do Instituto de Pesquisa de DNA Forense da Polícia Civil do Distrito Federal (e-DOC BD450994-e); b) da Informação n.º 94/2017-Diacomp4 (e-DOC 24B6F8ED-e); c) dos demais documentos juntados aos autos; II - com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993 c/c o art. 277 do RI/TCDF, determinar à Polícia Civil do Distrito Federal que **suspenda a Concorrência n.º 01/2016-PCDF**, até ulterior deliberação desta Corte de Contas, a fim de efetuar as medidas corretivas apontadas a seguir, encaminhando cópia das providências adotadas ao Tribunal, facultando à jurisdição a apresentação das justificativas que entender pertinentes, no prazo de 10 (dez) dias: a) alterar o item 4.5.2 do instrumento convocatório, de modo a explicitar que a comprovação de vínculo do profissional responsável técnico com a empresa licitante poderá se dar quando da assinatura do contrato, e não necessariamente na fase de habilitação, em harmonia com a jurisprudência já consolidada neste Tribunal, a exemplo da Decisão n.º 5.582/2010; b) adequar o regramento disposto no item 4.5.6 do edital, passando a admitir o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos para habilitação técnica, considerando o disposto no item II-b da Decisão n.º 4.281/2013, desde que os contratos que lhes deram origem tenham sido executados de forma concomitante (Decisões nºs 5.430/2015, 5.536/2016 e 6.375/2016); c) ajustar as exigências editalícias insertas no item 4.5 do instrumento convocatório, ou apresente motivação técnica circunstanciada em relação aos critérios de escolha dos serviços que irão limitar o universo de concorrentes, tendo em vista que as exigências para comprovação da capacidade técnica devem estar limitadas às parcelas da obra que sejam, cumulativamente, de maior relevância técnica e valor significativo (art. 30 da Lei n.º 8.666/1993, Súmula n.º 263/2011-TCU, Decisão n.º 5.536/2016-TCDF); d) incluir no item 15.10 do edital a previsão de que os serviços de fundação em estaca escavada possam ser subcontratados, em razão de suas especificidades; e) atentar para o fato de que configura ilegalidade a subcontratação quando ausente previsão editalícia e contratual, por afronta aos princípios da moralidade, da eficiência, do dever geral de licitar e da supremacia do interesse público, conforme entendimento dado pelo Plenário desta Corte quando da prolação da Decisão n.º 2.175/2016; f) deixar de exigir por meio de atestados comprovação de experiência de serviços que serão subcontratados (Decisão n.º 4.362/2014 e Acórdão n.º 2.760/2012- TCU-Plenário) ou, alternativamente, passe a admitir a participação de consórcios no certame, com a expressa possibilidade de que possam ser somadas as capacidades operacionais das empresas consorciadas, o que possibilita a apresentação de atestados de empresas de expertises

diferenciadas; g) diante do que consta do art. 40, inciso XI, da Lei n.º 8.666/1993, alterar a redação inserta no item 15.7 do edital e o correspondente da minuta do contrato (item 5.3), compatibilizando com o disposto no item 15.7.1 do instrumento convocatório, evitando-se controvérsia futura quanto à data de referência a ser adotada para concessão de reajuste contratual; III – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à PCDF, para subsidiar o cumprimento das diligências constantes do item II; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacomp/TCDF, para exame da documentação que será apresentada pela jurisdicionada em razão do item II e para análise conclusiva quanto à adequação dos preços estimados no certame.

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausentes a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, e os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE e PAULO TADEU.

SALA DAS SESSÕES, 20 de Abril de 2017


José Valdirio Da Silva
Secretário das Sessões


Antônio Renato Alves Rainha
Presidente da sessão